

Leônidas confia que bom senso evitará ampliação da anistia

BRASÍLIA — O Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, manifestou ontem a convicção de que a Constituinte não ampliará a anistia aos militares, limitando-se ao texto aprovado na semana passada, apresentado pelo Centrao — que mantém a anistia para os cassados por motivos políticos, excluindo os punidos por atos de indisciplina. Segundo ele, nas matérias de relevância “os constituintes têm se portado com bom senso, observando os interesses maiores do País”.

Em entrevista na Base Aérea, após o embarque do Presidente José Sarney para Nova York, o Ministro disse, referindo-se ao movimento pela ampliação da anistia, não considerar justo que “140 milhões de brasileiros vejam a Constituinte parar na beira da estrada para tratar do problemas de uma minoria que não tem direito a nada”. Reiterou que as anistias concedidas em 1979 e 1985 foram generosas e magnânimas, o que leva a concluir que “não há mais nada a dar”.

— O problema genérico da anistia tem duas vertentes: os anistiados e alguém que ainda quer anistia. Os anistiados desejam maiores benesses, como receber atrasados, a reintegração nas Forças Armadas ou a promoção a postos que a lei específica das Forças Armadas não permite. Esta é a primeira vertente. A esses, nós julgamos que não há nenhuma possibilidade de ceder mais. A outra vertente é a dos marinheiros que foram afastados por atos administrativos e querem a reintegração. Nós achamos que esse é um precedente muito perigoso, porque todos aqueles que foram para fora por atos administrativos vão se julgar com direito também ao retorno e às vantagens dos anistiados — argumentou, demonstrando irritação com a pergunta de um repórter sobre a possibilidade de a ampliação da anistia gerar problemas de ordem institucional:

- Esta pergunta não tem cabimento.
- Por quê? — insistiu o repórter.
- Porque eu acho impertinente. Você



Leônidas: Anistia deve ficar como está

sabe o que quer dizer impertinente? É o que não tem pertinência. Você pode perguntar o que quiser e eu tenho o direito de responder que não tem pertinência — respondeu o General, acrescentando que os demais Ministros militares falam a mesma linguagem.

O Ministro reafirmou, então, que a emenda 26, aprovada pelo Congresso em 1985, anistia militares punidos por motivos políticos em atos de exceção.

— Mas os marinheiros alegam que os atos administrativos foram baixados por motivação política — interveio outro repórter.

— Pois é. Então, é justamente isto que nós achamos. Todo o mundo que foi para fora por ato administrativo, milhares e milhares deles, vão dizer a mesma inverdade. E nós vamos ter que arcar com esse ônus — concluiu o Ministro do Exército.